

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Da Sra. ALESSANDRA HABER)

Solicita informações ao Ministro da Fazenda, Senhor Fernando Haddad, referentes à possibilidade de não pagamento do piso mínimo para gastos com Saúde em 2023.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a V. Exa. sejam solicitadas informações ao Senhor Fernando Haddad, para que responda questões sobre:

- A redução dos repasses das verbas federais para os municípios utilizarem na Saúde;
- Maiores esclarecimentos sobre o possível descumprimento do piso constitucional de Saúde em 2023;
- Detalhamento sobre a perda orçamentária da Saúde que é de R\$ 15,2 bilhões;
- Explicações sobre a utilização do cálculo sobre a receita "projetada", valor previsto no orçamento definido em 2022, e não sobre valor "apurado", ou seja, o que foi efetivamente arrecadado pela União.

JUSTIFICATIVA

No início do mês de outubro, prefeitos de várias cidades do País mobilizaram-se contra a proposta do Ministério da Fazenda de não pagamento



do piso mínimo para gastos com Saúde em 2023, ou seja, não cumprir o piso constitucional, o que geraria a redução de R\$ 15,2 bilhões no orçamento da Saúde e perda no repasse aos municípios. Esse valor é uma perda enorme para investimento na Saúde municipal.

Sabe-se que são os municípios que mais precisam das verbas para custearem o Sistema Único de Saúde (SUS). O aumento no custo do SUS tem influência direta da demanda da população mais vulnerável de nossa sociedade. São os pacientes que mais precisam de cuidado e de atendimento, porque, por exemplo, necessitam de medicamentos, uso de equipamentos para cirurgias de emergência, têm doenças crônicas. Sem o repasse necessário, pode haver um comprometimento da qualidade dos serviços ofertados e, até mesmo, do acesso.

É urgente e necessário que o piso mínimo para gastos com Saúde em 2023 seja cumprido. Acabamos de sair de uma pandemia e é notório o papel desempenhado pelos municípios para manter toda a estrutura da Saúde funcionando, cuidando de sua população. Não podemos retroceder nem deixar à deriva as pessoas que mais precisam.

Diante desses fatos, e sendo a fiscalização uma das funções do legislador, faz-se necessário o encaminhamento desse Requerimento de Informação para termos explicações e esclarecimentos suficientes do Ministério da Fazenda, a fim de assegurar a efetividade das leis e esclarecer a sociedade de forma eficiente e transparente sobre a possibilidade de não pagamento do piso mínimo para gastos com Saúde em 2023.

Sala das Sessões, em de outubro de 2023

Deputada Alessandra Haber

MDB/PA

